

QUE SEMIÓTICA PARA OS CURSOS DE COMUNICAÇÃO? DA SEMIÓTICA DO SIGNO À SEMIÓTICA DO DISCURSO

Moisés de Lemos Martins

Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho

1. A TEORIA DA INFORMAÇÃO E A LÓGICA DA COMUNICAÇÃO

Que semiótica para os cursos de comunicação social? Ao fazer esta pergunta, procuro lançar as bases de um debate numa área científico-pedagógica específica, a dos cursos de comunicação social.

Em todos os cursos de comunicação social se trabalha a questão da linguagem verbal e não verbal, o que quer dizer que se trabalha o discurso e as discursividades, a imagem e as visibilidades, o gesto e as gestualidades, enfim, os regimes de visão (hermenêuticas) e os dispositivos de dar a ver (retóricas). Este trabalho é feito em disciplinas que têm designações várias: semiótica, semiótica da comunicação, teoria e análise do discurso, teoria e análise textual, teoria da comunicação, pragmática do discurso, retórica e argumentação, teoria da imagem, semiótica da imagem, semiótica das artes visuais, etc. Limitar-me-ei a lançar a discussão no nível restrito da linguagem verbal, e as questões que vou colocar, formulá-las-ei a partir das disciplinas que habitualmente ensino, a Semiótica e a Teoria e Análise do Discurso.

Ao colocar a questão «Que semiótica para os cursos de Comunicação Social?», a minha primeira observação vai no sentido de reconhecer a pertinência de uma semiótica centrada no signo. Este entendimento tem pelo seu lado não só a etimologia, mas sobretudo uma longuíssima tradição que se estende por toda a nossa história cultural¹. Numa tradição que remonta a Aristóteles, os signos têm sido apresentados muitas vezes com um *organon* que estabelece as condições transcendentais da possibilidade de todo o conhecimento, um *organon* que preside pois ao estudo da gramática, da lógica e da ciência (Fidalgo, 1995, pp. 5-8). A «semiose ilimitada» de Peirce respira ainda esta ideia aristotélica de um *organon* de todo o conhecimento.

E quando não foi a lógica da comunicação a dar sentido à semiótica do signo, foi a teoria da informação que o fez, entendida a teoria da informação como a teoria da produção e da circulação das mensagens, designadamente a teoria dos sistemas ou teoria cibernética de Shannon e Weaver. A teoria da informação analisa regimes de signos, suportados pelos seus sistemas, os códigos, e trabalha, entre outros, os conceitos de linguagem e

significação, classificação e estruturação, modificação e descodificação. A teoria da informação sucumbe, no entanto, à «ideologia do operativismo» (Azevedo, 1995, p. 43) e a linguagem esgota-se aí em mera informação, dado o código contemplar *todas* as possibilidades combinatórias e ser possível a estrita descodificação de qualquer mensagem.

Sabemos hoje, de facto, o que aconteceu à lógica da comunicação e à teoria da informação: foram mobilizadas ambas para o serviço do todo-poderoso sistema tecnológico, cibernético e ciberespacial de circulação das mensagens, verbais, sonoras e visuais. Nenhuma dúvida, pois, sobre a capacidade operativa dos signos². Pela confluência da lógica da comunicação e da teoria da informação, e pela sua mobilização tecnológica (cibernética e ciberespacial), vemos hoje projectados para horizontes inéditos os mitos fundadores da nossa cultura judaico-cristã, o do conhecimento total e o da sua comunicação universal, afinal de contas os mitos do Jardim de Éden e da Torre de Babel. Nunca o Génesis e o Apocalipse estiveram tão próximos um do outro. Merleau-Ponty (1992, p. 15) viu bem o problema, ao escrever no início dos anos 60: «O pensamento 'operatório' torna-se numa espécie de artificialismo absoluto, como se vê na ideologia cibernética, na qual as criações humanas derivam de um processo natural de informação, mas concebido com base no modelo das máquinas humanas [...] o homem torna-se verdadeiramente o *manipulandum* que pensa ser, entramos num regime de cultura em que deixa de haver verdadeiro e falso no que respeita ao homem e à história, num sono ou num pesadelo do qual nada o saberia despertar»³.

A questão semiótica como questão dos signos e dos seus códigos redonda numa teoria das mensagens, ou seja, numa teoria das condições da sua possibilidade: numa teoria da sua produção, circulação e uso. Na semiótica do signo, a linguagem esgota-se numa visão instrumental e representacionista. A comunicação é aí entendida como transmissão de informação, identificando-se a um dizer. Foi sempre assim desde os primeiros trabalhos de Saussure, passando pelas outras pesquisas linguísticas, que entretanto se abriram ao estudo geral dos sistemas de signos, ou *semiologia*. Na sequência de Peirce e de Jakobson procedeu-se à identificação e definição dos diferentes códigos existentes, icónico, gestual, verbal e musical, entre outros; reflectiu-se sobre as suas articulações, por exemplo, sobre as articulações audio-scripto-visual e mimo-postural-gestual; nos melhores momentos, foram também analisados os efeitos da subjectividade na comunicação, designadamente, foi estudado como é que determinado signo verbal ou icónico tem uma função e um lugar entre os outros elementos presentes do código; foi ainda analisado o tipo de relação instaurado pela subjectividade, por exemplo, foram estudados os actos que se realizam ao dizer e ao dar a ver alguma coisa.

2. DA VERTIGEM FORMALISTA À VIRTUALIZAÇÃO DA LINGUAGEM

Uma ideia da semiótica centrada nos signos tem como preocupações fundamentais as seguintes questões: a da *autonomia* dos códigos, a da *adequação* da linguagem à realidade, a da *economia* da linguagem, a da *qualidade* e do *aperfeiçoamento* dos signos, e evidentemente a da *eficácia* dos signos, que é aliás a questão da sua *operatividade* (Fidalgo, 1999a, pp. 5-10).

Este entendimento da semiótica sempre se prestou à formalização, à algebrização, ou seja, sempre teve a tentá-la a vertigem matemática. Na Grécia e na Roma antigas já

havia esta ideia de tomar as letras por números. Mais tarde, fez-se a transposição da gramática, da lógica e da ciência para o nível da sua formalização matemática. Hoje, digitalizamos toda a linguagem, convertendo-a em *bits*. Quer isto dizer que depois de formalizarmos a linguagem, demos mais um passo no sentido do *progresso*, que é o sentido do aperfeiçoamento dos signos, e virtualizámos a linguagem, volatilizando-a, de alguma maneira. Com a *formalização*, havíamos sido atormentados pelos fantasmas da linguagem «mais objectiva», «mais adequada», «mais apta à comunicação» (Fidalgo, 1999a, p. 6). Com a *virtualização*, os fantasmas são o da linguagem «mais transparente», o da «dissolução da violência», enfim, o da linguagem sem templo, sem cânone, sem a legalidade da instituição.

Um entendimento instrumental da semiótica, um entendimento que insiste na qualidade e no aperfeiçoamento dos signos, não é no entanto, ao que me parece, um entendimento crítico. É descritivo e produtivista, por um lado, e conformista, por outro. Daí que lhe vão a jeito as metáforas instrumentais, como o são as metáforas maquínicas (primeiro mecânicas, depois tecnológicas e cibernéticas). Vejamos, por exemplo, o que dizia Husserl no seu *Tratado sobre a Semiótica ou a Lógica dos Sinais*: «os símbolos servem a economia do trabalho intelectual, tal como as ferramentas e as máquinas servem o trabalho mecânico» (Husserl, cit. por Fidalgo, 1999a, p. 2). Metáforas maquínicas, portanto (neste caso, apenas mecânicas). E sobre a capacidade produtiva das máquinas, estamos entendidos: em circunstância alguma é possível compararmo-nos a elas. Continua Husserl: «O homem mais inexperiente e mais fraco produzirá com uma máquina (desde que a saiba manejar) incomparavelmente mais do que o mais experiente e mais forte sem ela» (*ibidem*).

Mas além de descritivo e produtivista, este entendimento da semiótica é conformista, dizia eu. E, com efeito, não deixa de ser curioso notar, a este propósito, que a metáfora tecnológica e cibernética vai a par, muitas vezes, da metáfora biológica e organicista, como acontece, por exemplo, com alguns daqueles que são a expressão maior da escola de Palo Alto, designadamente com Gregory Bateson. A associação das duas metáforas, tecnológica e organicista, diz bem a natureza deste sistema semiótico. A tecnologia é hoje a sinédoque do progresso, enquanto a metáfora biológica e organicista insiste no carácter adaptativo do organismo.

A ser assim, todavia, a natureza do progresso é conformista. Pela associação da metáfora tecnológica e organicista, temos, com efeito, uma ideia conservadora do progresso. O que importa de facto ao sistema é a sua homeostase, o seu equilíbrio e estabilidade. No sistema, o indivíduo não age; reage. E o que é curioso é que não reage a uma acção, «reage a uma reacção», como diz Philippe Breton (1994, p. 50). Ou seja, nós reagimos à atitude e ao comportamento de um outro, embora esta atitude e este comportamento não constituam uma verdadeira acção, mas apenas uma reacção à única acção, que é a do sistema. O sistema é que aprende, diz Bateson (1993, p. 263). Ou por outra, o sistema de interacção é determinado pelos processos de aprendizagem do sistema, não do indivíduo⁴.

Em meu entender, a ideia de uma semiótica centrada no signo está de acordo com o nosso modo de civilização, que acumula progressos e se move em velocidade cada vez maior, dando-nos entretanto o simulacro de uma vizinhança global, e também a ilusão de uma globalização de tempo. Mas aquilo que esta ideia de semiótica centrada no signo não interroga é o sentido do movimento, o sentido do progresso⁵.

A semiótica centrada no signo dá-nos a adequação ao real, dá-nos uma economia da linguagem, dá-nos eficácia e operatividade, dá-nos aperfeiçoamento dos signos. Sabemos hoje, no entanto, que este regime semiótico acabou também ele no mercado, servindo-o e aperfeiçoando-o pela competição. Porque apenas cuida do movimento e da mecânica dos signos, ou seja, da sua operatividade e da sua força, este regime semiótico justifica-se pelo imperativo tecnológico, da mesma forma que o faz o nosso actual modo de civilização.

É este, aliás, o ensinamento que podemos tirar da publicidade, se a encararmos na perspectiva de uma mera teoria de signo. A publicidade não passa aí de uma técnica de reenvio, assente num sistema de correspondências, a servir o mercado.

Ao interrogar-me, na abertura da minha comunicação, sobre o tipo de semiótica a ser leccionado nos cursos de comunicação social, admiti que fazia sentido falar de uma semiótica centrada no signo. Aqui está, a meu ver, todo o seu sentido: adequação ao real, economia de linguagem, com insistência na eficácia, o todo a acabar no mercado, servindo-o e aperfeiçoando-o pela competição. Cuidando apenas da operatividade da linguagem, a ideia de semiótica centrada no signo deixou-se arrebatada pelo sonho tecnológico, verdadeiramente assombrada por uma força que nunca interroga⁶.

3. A SEMIÓTICA COMO TEORIA DA SIGNIFICAÇÃO

A uma semiótica do signo, prefiro, no entanto, uma ideia de semiótica crítica, uma semiótica que interroge o sentido do movimento dos signos, que interroge as condições de possibilidade daquilo que se chama na linguagem dos *media*, para dar um exemplo, a informação, a notícia, a actualidade, uma semiótica que interroge as condições de possibilidade da interacção. Ora, este sentido não está nos signos, sejam eles signos simples ou complexos, nomes ou frases. Está no discurso, que é a interacção de pelo menos dois indivíduos, ambos co-enunciadores.

É verdade que o discurso utiliza signos, mas são de natureza distinta. O discurso não é esclarecido por uma qualquer teoria da informação, nem pela lógica da comunicação. O discurso é compreendido por uma teoria da significação, uma teoria que interroga o nível semântico não sígnico da enunciação, onde se jogam as dimensões da prática discursiva.

A teoria da informação é descritiva, assenta na operatividade de uma tópica, na operatividade de um dispositivo de posições. Não é crítica. Por sua vez, a lógica da comunicação analisa relações de causalidade, que são compreendidas em termos da procura de meios-fins. Também não é crítica. Crítica é a teoria da significação, e é como tal, como teoria da significação, que se deve tomar a semiótica: não apenas como uma disciplina crítica da actividade e dos processos comunicativos⁷, mas também como uma disciplina que se constitui como uma epistemologia do saber, ao indagar as condições de possibilidade da significação⁸.

Pensamos, pois, a semiótica na confluência de dois níveis semânticos não sígnicos: o da textualidade/discursividade e o da enunciação. E enquanto num caso acentuamos o domínio da escrita, o domínio do objecto textual, e suspendemos a relação com o contexto, no outro colocamos a ênfase nas dimensões da prática discursiva, interacção, intersubjectividade, reflexividade, intencionalidade e comunicação.

A interrogação sobre a significação obriga a considerar a linguagem na sua «dupla articulação complementar, proposicional e performativa» (Apel, 1994, p. 65), aquilo que José Augusto Mourão (1999, p. 65) chama «a cognitividade e a comunicação»⁹. Mas não é tudo. O primado da relação na produção do sentido, vincado pelos conceitos de «interlocução» e de «comunicabilidade», compreende-se, todavia, na base das interações concretas dos sujeitos sociais. A performatividade e a pragmática acentuam uma teoria da significação onde o «dialogismo» e a argumentação são conceitos fundamentais. Acontece, no entanto, que a linguagem é também «palavra de ordem»; signo de autoridade, ela cumpre uma função institucional. Quer isto dizer que os agentes que interagem nunca o fazem à vontade; fazem-no como *podem*, no interior de um campo de posições sociais assimétricas¹⁰. A acreditarmos nas palavras de Michel Foucault, no discurso nunca entramos à vontade: entramos lutando, uma vez que o discurso é uma prática, uma luta, podendo ser, além da própria luta, o instrumento e o efeito ou a consequência da luta, e mesmo o objectivo de luta. Deixando de lado a interpretação livre, atendo-me ao pé da letra do texto de Foucault: «Simultaneamente batalha e arma, estratégia e choque, luta e troféu ou ferida, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetida» (Foucault, 1971a, p. 8), o discurso é «aquilo por que lutamos, o próprio poder de que procuramos apoderar-nos» (Foucault, 1971b, p. 12).

NOTAS

- ¹ Ver, neste sentido, R. Barthes (1989, p. 7): «a semiologia tem por objecto qualquer sistema de signos, sejam quais forem a sua substância ou os seus limites: as imagens, os gestos, os sons melódicos». Ver também A. Fidalgo (1999b, pp. 21-28).
- ² Sobre «A economia e a eficácia dos signos» escreveu António Fidalgo uma Lição de Síntese, apresentada para Provas de Agregação em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior, em 1999.
- ³ Sobre os mitos do conhecimento total e da sua comunicação universal, ver também Martins (1998b).
- ⁴ A esta ordem de aprendizagem chamou-lhe Bateson uma «deutero-aprendizagem», um «aprender a aprender». Ora, «esse 'aprender a aprender' é certamente para aquele que aprende uma aprendizagem de contextos» (Bateson, 1993, p. 264). Sobre este assunto, confira-se Maria João Centeno, *O conceito de comunicação na obra de Bateson: interacção e regulação*, Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, apresentada na Universidade Nova de Lisboa em 1998 (Centeno, 1998, pp. 27-29).
- ⁵ A conjunção da metáfora tecnológica com a metáfora biológica, que faz funcionar num mesmo plano a razão e a emoção, é hoje objecto de uma radical interrogação feita por Bragança de Miranda em grande parte da sua obra. É sua ideia que os *media*, e fundamentalmente as novas tecnologias da informação, realizam a razão como controlo e que simultaneamente modelam a nossa sensibilidade e emotividade, produzindo o efeito cada vez mais alargado de uma estetização do quotidiano. Veja-se *Traços: Ensaios de crítica da cultura* (1998) e «Fim da mediação? De uma agitação na metafísica contemporânea» (1999).
- ⁶ Veja-se, por exemplo, neste sentido, a oração de sapiência que António Fidalgo pronunciou na Universidade da Beira Interior, em 1996, sobre «Os novos meios de comunicação e o ideal de uma comunidade científica universal».
- ⁷ Veja-se, neste sentido, A. Greimas (1976, p. 59): «A teoria da comunicação social generalizada deve colocar-se sob a égide da significação, e não da informação». Veja-se também J. Geninasca (1991, p. 12) e G. Deleuze e F. Guattari (1980, pp. 95-139).
- ⁸ «A teoria semiótica deve tomar-se, antes de mais, por aquilo que é, a saber, uma teoria da significação. Deve pois curar de explicitar primeiramente, na forma de uma construção conceptual, as condições da percepção e da produção do sentido» (Greimas e Courtès, 1979).

⁹ Sobre a dupla articulação complementar da linguagem, a articulação proposicional e a articulação performativa, veja-se Martins (1998a, pp. 306-308).

Atendendo a que, no corpo do texto, abri o parágrafo invocando a perspectiva semiótica de José Augusto Mourão, gostaria de chamar a atenção para o facto de ela não conceber o primado da relação na produção do sentido, apesar de configurar um espaço pragmático. Concebe, sim, «o contacto», que é «o acto primitivo de ordem linguística que estabelece o espaço actancial em que vai desenrolar-se o discurso» (Mourão, 1999, p. 66). Apoiando-se em Per Aage Brandt, J. A. Mourão não coloca no começo do nosso espaço pragmático o *primum relationis* de um campo de posições assimétricas. Coloca antes «a transgressão primordial e as palavras que a acompanham ('a mulher que tu me deste...' — Gén. 9, 1-9), que 'cobrem' aquilo que faz falar: 'o corpo falante' que doravante deverá esconder a sua nudez» (*ibidem*).

¹⁰ Sobre as condições de entrada no discurso e sobre os constrangimentos sociais da sua ordem, veja-se, por todos, Pierre Bourdieu (1982).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APEL, Karl Otto (1994), *Le logos propre au langage humain*, Cahors, L'Éclat.
- AZEVEDO (1995), *A teoria da cooperação interpretativa de Umberto Eco: Entre a ordem e a (a)ventura*, Porto, Porto Editora.
- BARTHES, Roland (1953), *Elementos de semiologia*, Lisboa, Ed. 70, 1989.
- BATESON, Gregory (1991), *Una unidad sagrada: Pasos ulteriores hacia una ecología de la mente*, Barcelona, Editorial Gedisa, 1993.
- BOURDIEU, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire*, Paris, Fayard.
- BRETON, Philippe (1992), *A utopia da comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.
- CENTENO, Maria João (1998), *O conceito de comunicação na obra de Bateson: Interacção e regulação*, dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, apresentada na Universidade Nova de Lisboa (não publicado).
- DELEUZE, G. e Guattari, F. (1980), «Sur quelques régimes de signes», in *Mille Plateaux*, Paris, Éd. de Minuit, pp. 140-184.
- FIDALGO, António (1995), *Semiótica: A lógica da comunicação*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.
- FIDALGO, António (1996), «Os novos meios de comunicação e o ideal de uma comunidade científica universal», in *X Aniversário da Universidade da Beira Interior*, Covilhã, Ed. Universidade da Beira Interior.
- FIDALGO, António (1999a), *A economia e a eficácia dos signos*, Lição de Síntese para Provas de Agregação em Ciências da Comunicação, apresentada na Universidade da Beira Interior (não publicado).
- FIDALGO, António (1999b), «Da semiótica e seu objecto», in *Comunicação e Sociedade*, n.º 1, pp. 19-40 (Série «Comunicação» da revista *Cadernos do Noroeste*, Vol. 12, n.º 1-2).
- FOUCAULT, Michel (1971a), *Histoire de la folie à l'Age Classique*, Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1971b), *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard.
- GENINASCA, Jacques (1991), «Du texte au discours littéraire et à son sujet», in *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Université de Limoges, Janeiro de 1991, pp. 9-34.
- GREIMAS, Algirdas (1976), *Sémiotique et sciences sociales*, Paris, Seuil.
- GREIMAS, A. e Courtès, J. (1979), *Sémiotique: Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Vol. 1, Paris, Hachette.
- MARTINS, Moisés (1998a), «António Fidalgo, *Semiótica: A lógica da comunicação*», *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 24, pp. 305-309.
- MARTINS, Moisés (1998b), «A biblioteca de Babel e a árvore do conhecimento», in *O Escritor: Revista da Associação Portuguesa de Escritores*, n.ºs 11-12, pp. 235-240.
- MERLEAU-PONTY (1960), *O olho e o espírito*, Lisboa, Vega, 1992.
- MIRANDA, J. Bragança (1998), *Traços: Ensaio de crítica de cultura*, Lisboa, Vega.
- MIRANDA, J. Bragança (1999), «Fim da mediação? De uma agitação na metafísica contemporânea», *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.ºs 25-26, pp. 293-330.
- MOURÃO, J. Augusto (1999), *Semiótica: Programa e metodologia*, Relatório para Provas de Agregação em Ciências da Comunicação, apresentado na Universidade Nova de Lisboa (não publicado).